

# Estudo Técnico Preliminar 9/2023

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 01450002313/2023-61

## 2. Introdução

Considerando que as contratações governamentais produzem impacto significativo na atividade econômica do órgão, e que um planejamento bem elaborado propicia contratações potencialmente mais eficientes, posto que a realização de estudos previamente delineados conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultado na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos.

Neste contexto, o presente documento, denominado Estudos Preliminares, é elaborado em atendimento às disposições contidas na Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, expedida pelo Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG), especialmente o disposto no art. 24, atentando-se para as diretrizes constantes no Anexo III, e também pela Instrução Normativa SEGES/MP nº 58, de 08 de agosto de 2022, dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares, e sobre o Sistema ETP digital.

O presente documento visa analisar a viabilidade de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte rodoviário de carga local, intermunicipal e interestadual, compreendendo bens patrimoniais, veículos automotores, e demais objetos mobiliários, bagagens de propriedade de servidores e interesse da Sede do Iphan, consoante condições, quantidades e exigências estabelecidas neste ETP.

## 3. Diretrizes Gerais

Partindo do princípio da Legalidade, que sempre deve nortear as ações da Administração Pública, foram analisados, principalmente, os Instrumentos Legais abaixo relacionados:

**Constituição Federal de 1988:** A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é a lei fundamental e suprema do Brasil, servindo de parâmetro de validade a todas as demais espécies normativas, situando-se no topo do ordenamento jurídico;

**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:** Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

**Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990:** Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

**Decreto nº 4004 de 08 de novembro de 2001:** Dispõe sobre a concessão de ajuda de custo e de transporte aos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

**Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010 MPDG:** Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

**Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021 SEGES/MP:** Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

**Instrução Normativa nº 58, de 08 de agosto de 2022 SEGES/MP:** Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

**Decreto nº 4.004, de 08 de novembro de 2001:** Dispõe sobre a concessão de ajuda de custo e de transporte aos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e dá outras providências.

## 4. Descrição da necessidade

Trata-se de contratação de prestação de serviços continuados, por serem necessários ao Iphan para o desempenho de suas atribuições, cuja interrupção possa comprometer a continuidade de suas atividades finalísticas, bem como ao seu suporte.

Esta contratação é essencial para auxiliar o Instituto no cumprimento de sua missão institucional de "Promover a preservação do patrimônio cultural brasileiro de forma sustentável, contribuindo para a cidadania plena e para o reconhecimento, valorização e difusão da diversidade cultural", conforme estabelecido no Planejamento Estratégico Institucional - PEI 2021-2024 do Iphan, apresentado na Portaria nº 23, de 17 de maio de 2021 (Processo 01450.001223/2021-91).

Dessa forma, para que não haja dispêndios de tempo e recurso humano empregado na instrução processual de nova contratação quando do fim do contrato ora desejado, resta por configurada a necessidade de que a contratação deva estender-se por mais de um Exercício Financeiro. Objetivando o atendimento das demandas originárias do cumprimento das disposições dos artigos 36, 37 e 53 da Lei nº 8.112/90, bem como o Decreto nº 4004/2001, torna-se necessária a contratação dos serviços de transporte rodoviário para remoção de mobiliário em geral, bagagem e veículos de servidores deslocados, no interesse da Administração, com mudança de domicílio em caráter permanente, entre localidades em todo território nacional.

### Lei 8.112/90

"Art. 36.....

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, entende-se por modalidades de remoção:

I - de ofício, no interesse da Administração;

II - a pedido, a critério da Administração;

III - a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração:

a) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração;

b) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial;

c) em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados."

Art. 37. Redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC, observados os seguintes preceitos:

I - interesse da administração;

II - equivalência de vencimentos;

III - manutenção da essência das atribuições do cargo;

IV - vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades;

V - mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional;

VI - compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.

§ 1º A redistribuição ocorrerá ex officio para ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços, inclusive nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgão ou entidade.

§ 2º A redistribuição de cargos efetivos vagos se dará mediante ato conjunto entre o órgão central do SIPEC e os órgãos e entidades da Administração Pública Federal envolvidos.

§ 3º Nos casos de reorganização ou extinção de órgão ou entidade, extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade no órgão ou entidade, o servidor estável que não for redistribuído será colocado em disponibilidade, até seu aproveitamento na forma dos arts. 30 e 31.

§ 4º O servidor que não for redistribuído ou colocado em disponibilidade poderá ser mantido sob responsabilidade do órgão central do SIPEC, e ter exercício provisório, em outro órgão ou entidade, até seu adequado aproveitamento."

...

"Art. 53. A ajuda de custo destina-se a compensar as despesas de instalação do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, vedado o duplo pagamento de indenização, a qualquer tempo, no caso de o cônjuge ou companheiro que detenha também a condição de servidor, vier a ter exercício na mesma sede.

#### **Decreto nº 4.004/2001**

Art. 1º Ao servidor público civil regido pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que, no interesse da administração, for mandado servir em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, conceder-se-á:

I - ajuda de custo, para atender às despesas de viagem, mudança e instalação;

II - transporte, preferencialmente por via aérea, inclusive para seus dependentes;

III - transporte de mobiliário e bagagem, inclusive de seus dependentes.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se, igualmente, ao servidor nomeado para os cargos de Ministro de Estado, de titular de órgãos essenciais da Presidência da República, de Natureza Especial e do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS), quando implicar exercício em nova sede.

§ 2º Caberá ao órgão em que tiver exercício o servidor nomeado para os cargos de que trata o parágrafo anterior efetuar o pagamento das indenizações referidas neste artigo.

§ 3º Não será concedida ajuda de custo ao servidor que se afastar do cargo ou reassumi-lo em virtude de mandato eletivo.

Art. 2º O valor da ajuda de custo de que trata o inciso I do art. 1º será calculado com base na remuneração de origem, percebida pelo servidor no mês em que ocorrer o deslocamento para a nova sede.

§ 1º É facultado ao servidor requisitado para o exercício dos cargos em comissão de que trata o § 1º do art. 1º optar pela ajuda de custo em valor equivalente à remuneração integral do respectivo cargo.

§ 2º A ajuda de custo corresponderá a uma remuneração, caso o servidor possua um dependente, a duas remunerações, caso o servidor possua dois dependentes e a três remunerações, caso o servidor possua três ou mais dependentes.

Art. 3º O servidor que, atendido o interesse da Administração, utilizar condução própria no deslocamento para a nova sede, fará jus à indenização da despesa do transporte, correspondente a quarenta por cento do valor da passagem de transporte aéreo no mesmo percurso, acrescida de vinte por cento do referido valor por dependente que o acompanhe, até o máximo de três dependentes

Parágrafo único. Quando os dependentes do servidor não se utilizarem do meio de deslocamento previsto neste artigo, a repartição fornecerá passagens rodoviárias ou aéreas para os que, comprovadamente, se utilizarem destes meios.

Art. 4º No transporte de mobiliário e bagagem referidos no art. 1º, será observado o limite máximo de doze metros cúbicos ou 4.500kg por passagem inteira, até duas passagens, acrescido de três metros cúbicos ou novecentos quilogramas por passagem adicional, até três passagens.

Parágrafo único. Compreende-se como mobiliário e bagagem os objetos que constituem os móveis residenciais e bens pessoais do servidor e de seus dependentes.

Tais serviços são essenciais a este Instituto e a contratação ora proposta objetiva atender às necessidades de transporte de cargas e mobiliários dos servidores, obedecendo às formalidades legais, no cumprimento de suas atividades, no estrito interesse da Administração Pública, uma vez que esta Administração não dispõe de frota própria.

Por tratar de serviços não afetos às atividades contempladas pelo quadro de pessoal deste Instituto, bem como pela relevância em seu próprio bojo, o qual provê o deslocamento de bens de autoridades e servidores para desempenhar seus papéis institucionais nas atividades tanto de apoio quanto finalística.

Sendo assim, será necessária a realização de instrução processual para pretensa contratação, observando-se os preceitos da contidos na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017 e demais legislações de regência.

## 5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação Recursos Logísticos	Mário Alves Júnior

## 6. Descrição dos Requisitos da Contratação

Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante a Pregão Eletrônico e adotará como regime de execução a empreitada por Preço Unitário.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

A empresa contratada deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto em quantidades, características e prazos, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

Esta cobrança é importante para reservar certeza de que o licitante já executou atividades compatíveis e assim tem-se maior probabilidade de boa execução. Para as quantidades a licitante deve comprovar um volume mínimo de serviços de 50% do valor total licitado por um prazo de no mínimo de 01 (um) ano conforme IN 05 de 2017 do MPOG. Esta comprovação deve selecionar os melhores fornecedores e é permitida pela instrução normativa citada e o serviço deverá ser prestados, no mínimo, com os seguintes requisitos:

Comprovar inscrição da empresa no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga – RNTRC, emitido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT (Lei nº 11.442, de 05 de janeiro de 2007). Obrigação legal para atuar na área.

Comprovar que possui apólice de contratação de seguro que comprove existência de cobertura de risco de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário de Cargas (RCTR-C) e Responsabilidade Civil Facultativa por Desaparecimento de Carga (RCF-DC) (Lei nº 11.442, de 05 de janeiro de 2007). Obrigação legal para atuar na área.

Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos abaixo:

- Desmontagem e embalagem dos bens do servidor; Carregamento da bagagem da residência do servidor até o interior do equipamento de transporte;
- Acondicionamento da mudança em contêiner, lift van, caminhão-baú ou meios de transportes afins;
- Manuseio na cidade de origem;
- Transporte e taxas de terminais de desembarço, desde a origem até o destino final;
- Descarregamento e manuseio na cidade de destino;
- Retirada da bagagem do depósito/caminhão e sua colocação dentro da residência do servidor ou onde ele indicar;
- Desembalagem e montagem dos móveis;
- Retirada do material utilizado da residência do servidor;
- Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário

Deve-se atender toda indicação para qualificação econômico financeira da IN 5 de 2017 do MPOG conforme item 11 do ANEXO VIIA. Este mecanismo é importante para evitar empresas aventureiras e com dificuldades financeiras que podem macular a contratação e sua execução. 5.1.6. A CONTRATADA deverá prestar serviços de abrangência nacional, devendo, para tanto, comprovar que possui capacidade logística para atender, com perfeição, demandas nas 27 unidades da Federação— 26 estados e o Distrito Federal.

Os serviços deverão ser executados em conformidade com as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e no Decreto nº 7.746 /2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber.

Deverão ser observadas na prestação de serviços, os programas do projeto de sustentabilidade do Órgão que visa promover ações com o foco ambiental, econômico e social, e que visa reduzir a geração de resíduos por meio das ações as quais devem fazer parte do cotidiano de todos.

A contratada, em sua prestação de serviços, deverá alinhar os critérios de prática de sustentabilidade com os projetos de Sustentabilidade e o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Além disso, deverão ser estimuladas as boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição pautados nos seguintes pressupostos e exigências:

- Fazer uso racional de água, adotando medidas para evitar o desperdício de água tratada e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo;
- Economia de energia;
- Reciclagem de lixo;
- Descarte correto para produtos perigosos ao meio ambiente como pilhas, lâmpadas fluorescentes, equipamentos eletrônicos, dentre outros semelhantes;
- Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e água.

Sabe-se que o serviço de transporte de bagagens envolve diversos mecanismos que devem seguir boas práticas de sustentabilidade, como por exemplo, reciclagem de embalagens, uso de veículo em boas condições para evitar desperdício de combustíveis, dentre outras práticas é essencial a manutenção sustentável deste contrato. Assim deve-se a contratação também exigir o cumprimento das práticas abaixo:

- A licitante deve ter veículos em boas condições de uso de modo a evitar excessos de emissão de poluentes na atmosfera;
- Deve realizar a reciclagem correta de plásticos e papelões nas mudanças;
- Devem, seus colaboradores, utilizar os corretos EPI's no trabalho para evitar acidentes;
- Devem tomar as rotas mais próximas para evitar desperdício de combustível;

A licitante vencedora deverá respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

A Contratada deverá cumprir, no que couber, as exigências do art. 6º da Instrução Normativa MPOG nº 01 de 19 de janeiro de 2010, que estabelece as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços.

## 7. Levantamento de Mercado

A equipe de planejamento realizou vários levantamentos, o que mostrou diferentes modalidades que o mercado oferece para a contratação deste objeto.

Uma das alternativas pesquisada foi a aquisição de caminhão/veículo, contratação de pessoal, aluguel de garagem e material acessório para a realização do serviço proposto em várias unidades da federação.

Essa alternativa se tornou inviável pelo alto custo para se tornar este serviço exequível, além de uma eventual morosidade no atendimento de cada demanda, pois se houver mais de uma demanda ao mesmo tempo, o que é comum, e for para direções diferentes, uma teria que aguardar a conclusão da outra para ser iniciada.

Foram realizadas, também, pesquisas no que tange às contratações dos serviços de transporte terrestre de cargas, local e interestadual, na modalidade porta a porta, compreendendo bagagens, mobiliário, equipamentos, inclusive veículos automotores promovidos no âmbito de outros Órgãos da Administração Pública Federal, com o objetivo de verificar as soluções compatíveis /similares que venha a dar atendimento aos requisitos e necessidades apresentadas no presente estudo.

E com as informações dos dados acima, notou-se que os serviços de transporte terrestre de cargas, local e interestadual, na modalidade porta a porta, compreendendo bagagens, mobiliário, equipamentos, inclusive veículos automotores e são amplamente praticados. Verifica-se que esta é uma solução comum na contratação deste objeto pelos órgãos públicos.

A licitação do serviço será por valor do M<sup>3</sup> variável, conforme distância entre as cidades de origem e destino, sendo essa métrica usual para o mercado e para outros Órgãos.

Diante da relevância apresentada das contratações já praticadas nos órgãos públicos, verificou-se que a escolha pelos serviços de transporte terrestre de cargas, local e interestadual, na modalidade porta a porta, compreendendo bagagens, mobiliário, equipamentos, inclusive veículos automotores, inclusive solução também praticada pelo IPHAN continua sendo um bom caminho para este serviço.

O IPHAN utilizou como parâmetro aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório, conforme o embasamento legal do art. 5º, inciso II da Instrução Normativa 65/2021.

Frisa-se que a estimativa dos quantitativos foram usados como parâmetros das remoções dos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022, e os quantitativos previstos nos contratos vigentes neste período

GRUPO 1			
ITEM	FAIXAS DE DISTÂNCIA (KM)	UNIDADE DE CONTAÇÃO	VOLUME ESTIMADO DE M <sup>3</sup> PARA 12 MESES
01	01 KM a 250KM	m <sup>3</sup> /km	150
02	251 KM a 1.000 KM	m <sup>3</sup> /km	150
03	1.001 KM a 2.000 KM	m <sup>3</sup> /km	220
04	2.001 KM a 3.000 KM	m <sup>3</sup> /km	200
05	Acima de 3.0001 KM	m <sup>3</sup> /km	100
VALOR TOTAL ESTIMADO			

## 8. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução como um todo, abrange a prestação do serviço de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de transporte rodoviário de carga local, intermunicipal e interestadual, compreendendo bens patrimoniais, veículos automotores e demais objetos de propriedade ou de interesse da Contratante, bem como mobiliário e bagagens de propriedade de servidores, de modo a atender às necessidades da Contratante.

A CONTRATADA deverá prestar serviços de abrangência nacional, devendo, para tanto, comprovar que possui capacidade logística para atender, com perfeição, demandas nas 27 Unidades Descentralizadas e os escritórios técnicos.

O preço cotado deverá incluir todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto do Termo de Referência, tais como: capatazia, armazenagem e manuseios, mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, disponibilidade de equipamentos, o seguro para as mercadorias a serem transportados e tudo mais que possa influenciar direta ou indiretamente no custo, tanto na origem como no destino. O transporte deverá ser executado pelo sistema “porta a porta”, sendo que os volumes deverão ser coletados a partir da emissão de Ordem de Serviço, em endereços e locais indicados, sendo posteriormente transportados e entregues nos locais designados, de acordo com os prazos que serão previstos no Termo de Referência.

O IPHAN fornecerá a CONTRATADA todas as informações essenciais, tais como: relação de bens a serem transportados, endereços de origem e de destino e demais dados que se fizerem necessários para a perfeita execução dos serviços.

Caso não seja possível o servidor estimar a metragem cúbica do mobiliário a CONTRATADA deverá visitar o local de origem, indicado pelo Fiscal ou seu substituto, em data e horário previamente agendados com o servidor designado ou com o servidor usuário dos serviços, a fim de estimar a metragem cúbica da mudança, as embalagens necessárias e os cuidados a serem tomados na execução dos serviços, para evitar danos aos bens e ao imóvel, bem como pré-agendar a data e o horário de realização da coleta.

A metragem cúbica (cubagem) deve ser estimada por meio de instrumento(s) e sistema(s) pertinentes, não sendo admitida a estimativa meramente visual.

Em conformidade com o estabelecido no art. 4º do Decreto nº 4.004, de 08 de novembro de 2001, no transporte de mobiliário e bagagem do servidor, será observado o seguinte limite máximo, sujeito à vistoria:

a) doze metros cúbicos por passagem inteira, até duas passagens, acrescido de três metros cúbicos, até três passagens;

Para melhor evidenciar os limites mencionados no tópico acima, relacionamos abaixo:

FAIXA	QUANTIDADE	M³	Kg
1	Servidor	12	4.500
2	Servidor + 1 passagem	24	9.000
3	Servidor + 2 passagem	27	9.900
4	Servidor + 3 passagem	30	10.800
5	Servidor + 4 passagem	33	11.000

No transporte de bens de servidores, o pagamento da despesa referente às medidas excedentes, inclusive quanto ao seguro, será de total responsabilidade do servidor interessado.

Para o transporte de veículos e motocicletas, serão consideradas os seguintes volumes fixados de acordo com o porte do veículo:

a) veículo pequeno (considerados aqueles com menos de 4 [quatro] metros de comprimento): 12 m³ (doze metros cúbicos);

b) veículo médio (considerados aqueles com comprimento entre 4 [quatro] e 4,7 [quatro vírgula sete] metros de comprimento): 16 m³ (dezesseis metros cúbicos); e

c) veículo grande (considerados aqueles com mais de 4,7 [quatro vírgula sete] metros de comprimento): 20 m³ [vinte metros cúbicos]).

d) motocicletas: 4 m³

A CONTRATADA deverá efetuar a desmontagem, acondicionamento e embalagem dos bens no local de origem, transporte, desembalagem, montagem e remoção do material de embalagem usado, no local de destino.

Designar um preposto que exerça a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta, e eficaz, o qual, além de ser o contato com a CONTRATANTE, responderá pela execução de todos os serviços prestados, sendo capaz, ainda, de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.

A CONTRATADA deverá providenciar, quando solicitado, o armazenamento/deposito dos bens transportados, na cidade de destino, por até 20 (vinte) dias corridos, sem custo adicional a CONTRATANTE.

Todos os materiais e a mão de obra, necessários à execução dos serviços, são de responsabilidade da CONTRATADA.

O transporte deverá ser realizado em caminhão baú de propriedade da CONTRATADA, próprio para realização de mudanças, cujas paredes da carroceria devem possuir proteções para evitar danos aos bens.

Os veículos devem se encontrar em perfeito estado de manutenção, conservação, limpeza e segurança, obedecidas todas as normas dos órgãos de trânsito e da Administração Pública.

Outros meios de transporte, como via aérea e balsa, também serão permitidos, desde que atendidas às exigências do subitem anterior e autorizados pela CONTRATANTE.

Preferencialmente, a CONTRATADA deverá disponibilizar veículos que possuam identificação visual própria externa – logomarca ou logotipo da CONTRATADA.

Todos os materiais e a mão de obra, necessários à execução dos serviços, são de responsabilidade da CONTRATADA.

Nas situações de transporte de bens em decorrência da transferência de servidor, a empresa contratada deverá combinar com o proprietário dos bens a data para a execução dos serviços, não podendo exceder o prazo de 05 (cinco) dias corridos para o recolhimento, após o recebimento da Ordem de Serviço, devendo ser comunicado ao CONTRATANTE qualquer situação que possa retardar a sua execução.

A CONTRATADA deverá acordar com a CONTRATANTE, ou com o servidor usuário quando for o caso, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, data e horário de coleta da mudança.

Bens ou cargas de servidor serão recebidos, no destino, pelo próprio, ou responsável autorizado para tal fim, que, após verificação minuciosa do estado dos bens, atestará, ou não, a perfeita execução dos serviços.

Em caso de constatação de avarias nos bens e/ou no local de destino, ou, ainda, qualquer ocorrência desabonadora da conduta da CONTRATADA, esta será notificada para se manifestar e sanear/repairar os danos causados.

Quando da constatação de avarias, o servidor usuário terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos para fazer o levantamento do prejuízo, mediante relação dos bens avariados, acompanhada de fotos e valores, para transmissão à Fiscalização do Contrato, a qual notificará a CONTRATADA para saneamento/ressarcimento/reparo.

Em casos especiais ou que possam vir a danificar os bens da Administração Pública ou do servidor, em decorrência dos serviços de desmontagem e montagem, ficará sobre responsabilidade da empresa o reparo ou a substituição do bem no prazo máximo de 30 (trinta) dias, os móveis convencionais, a exemplo de guarda-roupas, armários, camas, mesas, etc., deverão ser desmontados na origem e montados no destino, visando ao melhor acondicionamento em embalagens apropriadas, bem como à economia do espaço ocupado no caminhão baú e, conseqüentemente, da cubagem transportada.

A empresa deverá apresentar orçamento antes da execução dos serviços, considerando o preço unitário do M<sup>3</sup>/KM no trecho correspondente x quantidade de quilômetros a serem percorridos x quantidade total de M<sup>3</sup> a serem transportados.

## Transporte

O transporte envolve vários riscos, como, por exemplo, vibrações, golpes, impactos por batidas ou quedas, mudanças bruscas de temperatura, manuseio por diferentes equipes de carregadores, que provocam sérios danos à peça, como a perda da camada pictórica, no caso de pinturas, ou até mesmo fraturas. Por isso, o cuidado com a embalagem, preparação do embarque e seleção do meio de transporte é essencial para a segurança do trabalho. O embarque, portanto, somente deve ser iniciado depois da embalagem de todos os objetos.

Como proteção contra choque, devem ser utilizados espuma de poliestireno (bolinhas de isopor) ou jornal, para preenchimento total do espaço interno das caixas que contêm os objetos. Este material não deve entrar em contato direto com as peças.

O piso e as laterais do veículo devem ser acolchoados por materiais de amortecimento, como, por exemplo, cobertores. Os objetos devem estar bem escorados, de forma a neutralizar os efeitos causados por movimentos bruscos durante a locomoção.

A prestadora de serviço deverá recolher a carga em até 02 (dois) dias úteis a partir da solicitação formal pelo IPHAN e realizar a entrega da carga, no local de destino indicado e nos prazos informados neste Termo de Referência, a contar do dia seguinte da coleta.

O prazo máximo de entrega iniciar-se-á após a coleta dos bens, propriamente informada a empresa, pelo IPHAN, incluindo nesse prazo a embalagem do material/bagagem/mobiliário/veículos, no local de origem e, levar-se-á em conta a faixa de distância em conformidade com o demonstrativo acima.

Em caso de grande quantidade de bens a serem coletados e transportados em uma única Ordem de serviço, poderá a CONTRATADA solicitar prazos superiores aos fixados acima, a fim de garantir o tempo adequado para providenciar a embalagem e acondicionamento corretos dos pertences a serem transportados.

Somente em casos excepcionais, devidamente justificados pela contratada e mediante autorização do Iphan, os prazos máximos de entrega dos bens no local de destino, poderão sofrer alteração, devendo a contratada informar antecipadamente eventuais contratempos que impossibilitem a realização dentro do prazo definido.

Quando da constatação de qualquer fato superveniente que possa vir a tardar a entrega no prazo estipulado neste Termo de Referência, a CONTRATADA, além de dar ciência imediata à CONTRATANTE, deverá comprová-lo por meio de documentos idôneos, podendo-se utilizar para tanto: foto, matéria jornalística, documentos emitidos por órgãos oficiais, dentre outros.

A não comprovação por parte da CONTRATADA poderá resultar na aplicação das penalidades cabíveis pela CONTRATANTE.

As alegações e documentos apresentados pela CONTRATADA serão analisados pela Fiscalização do Contrato, para averiguação do seu enquadramento em casos fortuitos ou de força maior.

Para efeito de cálculo da quilometragem do percurso serão utilizadas as informações de Distâncias Rodoviárias do DNIT /MT – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes / Ministério dos Transportes e, na sua ausência, o Guia Quatro Rodas.



Trata-se de serviço de natureza continuada, sem dedicação exclusiva de mão de obra, pois visa o atendimento das necessidades desta Autarquia, para as demandas de mudanças e transportes em geral, em todo o território nacional, com origens e destinos diversos, tanto de bens de propriedade ou de interesse do próprio IPHAN quanto dos servidores, com transportes de bagagens de servidores com mudança de sede a serviço em cumprimento de legislação, que forem removidos para outras Unidades Regionais no interesse da Administração.

A falta ou interrupção na prestação dos serviços pode impactar negativamente na qualidade na capacidade laborativa e na segurança patrimonial, com possibilidade de dano ao interesse público. Desse modo, o serviço pretendido possui natureza continuada, de acordo com o art. 15 da IN nº 05/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

## 9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

No cerne de todos os atos da Administração Pública deve estar incorporada a ideia da necessidade de planejamento. Isto porque tais atos não podem ser realizados com base em suposições. Tratam-se de ações que devem sempre ser orientadas pelos fins colimados pela Administração Pública e alicerçada nos Princípios que regem a disciplina. O conceito de administração representa em si a própria governabilidade. O ato de administrar é o de trabalhar com e por intermédio de outras pessoas na busca de realizar objetivos da organização, bem como de seus membros. O planejamento constitui, pois, uma seleção dos meios mais eficazes para o bem da coletividade, para proteger o interesse da coletividade.

O processo de planejar envolve, portanto, um “modo de pensar”; e um modo de pensar envolve indagações que, por sua vez, envolvem questionamentos sobre o que será feito: como, quando, quanto, para quem, por que, por quem e onde será feito. O gestor deve pensar antes (no sentido de prever ações e suas eventuais repercussões, atentando-se para alguns pontos), quais sejam:

- a) escolha do objeto – o mais indicado para a necessidade;
- b) compatibilização do tempo X objeto;
- c) adequação ao certame dentre os enquadramentos legais.

Tudo isso para corrigir distorções administrativas, facilitar a gestão, alterar condições indesejáveis para a Administração, remover empecilhos institucionais e assegurar a viabilização de propostas estratégicas, objetivos a serem atingidos e ações a serem trabalhadas.

Infere-se, portanto, que o planejamento é um instrumento complexo, devendo prever metas, limites e condições para a renúncia de receita e geração de despesas. O artigo 1º, § 1º, não deixa dúvidas quanto a essa interpretação, in verbis:

Art.1º (...)

§ 1º. A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.” (grifamos).

Nesse raciocínio, a estimativa dos quantitativos que foram usados como parâmetros das remoções dos anos de 2019, 2020 e 2021, 2022, e os quantitativos previstos nos contratos vigentes neste período.

Assim, o quantitativo que representa a real necessidade da Administração será o especificado na tabela abaixo:

GRUPO 1			
ITEM	FAIXAS DE DISTÂNCIA (KM)	UNIDADE DE CONTAÇÃO	VOLUME ESTIMADO DE M³ PARA 12 MESES
01	01 KM a 250KM	m³/km	150
02	251 KM a 1.000 KM	m³/km	150
03	1.001 KM a 2.000 KM	m³/km	220
04	2.001 KM a 3.000 KM	m³/km	200
05	Acima de 3.0001 KM	m³/km	100

As quantidades de metragem cúbica para o transporte de cargas e mobiliários definidas, justifica-se como estimativa determinada a um cenário de decisões de exonerações e nomeações de servidores no interesse da Administração tomadas pelos gestores do Iphan.

Além disso, observou-se as seguintes situações que podem afetar o quantitativo utilizado no contrato:

- A imprevisibilidade sobre a vinda de novos servidores nomeados em cargo de comissão para exercerem atividades em qualquer uma das unidades deste Instituto;
- O país encontra-se em um período de instalação de um novo governo, o que poderá implicar em um número maior de nomeações e exonerações.
- Vale esclarecer que há casos, como o que agora analisamos, em que não existem condições técnico-científicas para apurar com exatidão as quantidades dos serviços a serem adquiridos.
- Quanto ao quantitativos de estimativas distribuídas nas faixas de distância em Km, foram consideradas as faixas em que se tem mais enquadradas as longitudes interestaduais nacionais bem como as mais utilizadas para a prestação dos serviços nos contratos anteriores e, ainda nos contratos celebrados por outros órgãos da Administração Pública.

## 10. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 283.064,30

O Decreto 4.004, de 08 de novembro de 2001, dispõe sobre a concessão de ajuda de custo e de transporte aos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, o referido diploma estabelece regras e critérios no que se refere a metragem cúbica ou peso permitido para cada servidor, juntamente com seus dependentes em casos de mudança.

Nota-se que o art. 4º do Decreto 4.004/2001 adota dois critérios a fim de limitar a bagagem do servidor: peso e volume. Temos que o uso da conjunção “ou” não deve levar o intérprete a erro, fazendo-o crer que se estaria diante de opção deferida ao administrador, que estaria obrigado a observar apenas um dos dois critérios (peso ou volume) ali descritos. Parece-nos que tal interpretação seria açodada, pois, se assim fosse, chegaríamos à absurda conclusão de que, uma vez observado o limite referente ao peso, a bagagem do servidor poderia ocupar qualquer espaço físico, sem qualquer limite. Ou, da mesma forma, se observado o limite de volume, o mobiliário poderia ter qualquer peso, também sem qualquer limite.

Com efeito, se a norma menciona tanto o peso, quanto o volume, é com o intuito de limitar a bagagem a ser transportada tanto pelo peso, quanto pelo volume, de forma a evitar situações irrazoáveis, e esta é conclusão a que se chega quando se analisa a finalidade do dispositivo. Por fim, depois de verificada a metragem cúbica, ou na exceção o quilo, e dentro das limitações legais, vamos utilizar a faixa de distância percorrida para chegar a estimativa de preços.

Logo, o certame deverá utilizar como unidade de medida para cada item o valor do metro cúbico, dentro da faixa de distância percorrida, de onde se obterá o seu valor.

Nesse sentido, por meio de pesquisa de Preços, podemos obter o preço do M<sup>3</sup>, considerando a faixa de quilometragem conforme o mapa comparativo de preços documento SEI 4359269. Isto posto, é importante ressaltar que os valores encontrados em contratações correlatas, possuem vasta variação justamente pela alternância e diversidade das faixas de quilometragem utilizadas nos serviços de transporte, conforme demonstrado abaixo:

**Tabela 10.1**

TABELA DE PREÇOS						
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	CGU 4374389	MMFDH 4374428	MARINHA 7º COMANDO DISTRITO NAVAL 4374468	Média
			Valor Unitário	Valor Unitário	Valor Unitário	

1	01 KM a 250 KM	m³/km	R\$ 190,35	R\$ 149,00	R\$ 163,70	R\$ 167,68
2	251 KM a 1000 KM	m³/km	R\$ 322,04	R\$ 215,60	R\$ 211,19	R\$ 249,61
3	1001 KM a 2000 KM	m³/km	R\$ 421,69	R\$ 292,40	R\$ 223,37	R\$ 312,49
4	2001 KM a 3000 KM	m³/km	R\$ 559,58	R\$ 402,95	R\$ 463,00	R\$ 475,18
5	Acima de 3001 KM	m³/km	R\$ 753,82	R\$ 495,60	R\$ 451,20	R\$ 566,87

A pesquisa de preço, se deu por análise pelo painel de preço do governo federal conforme determina o anexo VI-A e VII-B da Instrução Normativa MPDG nº 05, de 26 de maio de 2017 e os valores levantados foram comparados com preço praticado em outros órgãos, conforme parâmetro II art. 5º da Instrução Normativa MPDG nº 65, de 05 de agosto de 2020.

Com base nas informações obtidas na pesquisa de preço, tabela 10.1, foi possível estimar o valor da contratação em R\$ 283.064,30 (duzentos e oitenta e três mil, sessenta e quatro reais e trinta centavos), como demonstrado na **tabela 10.2**.

**Tabela 10.2**

GRUPO 1					
ITEM	FAIXAS DE DISTÂNCIA (KM)	UNIDADE DE COTAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01 KM a 250 KM	m³/km	150	R\$ 167,68	R\$ 25.152,00
02	251 KM a 1000 KM	m³/km	150	R\$ 249,61	R\$ 37.441,50
03	1001 KM a 2000 KM	m³/km	220	R\$ 312,49	R\$ 68.747,80
04	2001 KM a 3000 KM	m³/km	200	R\$ 475,18	R\$ 95.036,00
05	Acima de 3001 KM	m³/km	100	R\$ 566,87	R\$ 56.687,00

VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO 1	R\$ 283.064,30
------------------------------	----------------

## 11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em regra, conforme artigo 40, inciso V, alínea "b" da Lei nº 14.133/2021, estabelece como princípio, entre outros, o do parcelamento, "quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso", procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda de economia de escala.

"Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

V - atendimento aos princípios:

- a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;
- b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;
- c) da responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento.

(...)

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

§ 4º Em relação à informação de que trata o inciso III do § 1º deste artigo, desde que fundamentada em estudo técnico preliminar, a Administração poderá exigir que os serviços de manutenção e assistência técnica sejam prestados mediante deslocamento de técnico ou disponibilizados em unidade de prestação de serviços localizada em distância compatível com suas necessidades."

Como leciona Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13ª edição, o objetivo maior da obrigatoriedade do parcelamento do objeto é a ampliação das vantagens econômicas para a Administração, na medida em que se reduzem as despesas administrativas. No entendimento do ilustre autor "a possibilidade de participação de maior número de interessados não é objetivo imediato e primordial, mas via instrumento de se obter melhores ofertas (em virtude do aumento da competitividade). Logo, a Administração não pode justificar um fracionamento que acarretar em elevação de custos através do argumento de benefício a um número maior de particulares".

Isso significa em poucas palavras que, não obstante a legislação tenha adotado como regra o parcelamento do objeto, o mesmo somente se justifica e encontra fundamento, quando houver viabilidade técnica e, principalmente, ganho econômico para a Administração Pública. Nesse sentido a Decisão 348/1999, Plenário do TCU:

"Na forma do art. 23, §1º da Lei 8666/93, deve a Administração buscar o parcelamento do objeto, com vista a melhor aproveitar os recursos do mercado e, sobretudo, ampliar a competitividade do certame. Todavia, essa orientação exige que o parcelamento somente seja efetuado quando não resultar em perda de economia de escala. Não se pode esquecer, e nisso andou bem o legislador, que a licitação é procedimento administrativo que visa, entre outros aspectos, a que a Administração contrate de forma mais vantajosa possível. Logo, não seria razoável, além de ser ilegal, que o parcelamento venha ocasionar economia de escala e, por via de consequência, maiores custos para a Administração Pública."

No mesmo sentido, o Professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, que no Parecer nº 2086/00, elaborado no Processo nº 194 /2000 do TCDF, manifestou da seguinte forma:

"Desse modo a regra do parcelamento deve ser coordenada com o requisito que a própria lei definiu:

só se pode falar em parcelamento quando há viabilidade técnica para sua adoção. Não se imagina, quando o objeto é fisicamente único, como um automóvel, que o administrador esteja vinculado a parcelar o objeto.

Nesse sentido, um exame atento dos tipos de objeto licitados pela Administração Pública evidencia que embora sejam divisíveis, há interesse técnico na manutenção da unicidade, da licitação ou do item da mesma. Não é pois a simples divisibilidade, mas a viabilidade técnica que dirige o processo decisório. Observa-se que, na aplicação dessa norma, até pela disposição dos requisitos, fisicamente dispostos no seu conteúdo, a avaliação sob o aspecto técnico precede a avaliação sob o aspecto econômico. É a visão jurídica que se harmoniza com a lógica. Se um objeto, divisível, sob o aspecto econômico for mais vantajoso, mas houver inviabilidade técnica em que seja licitado em separado, de nada valerá a avaliação econômica. Imagine-se ainda esse elementar exemplo do automóvel: se por exemplo as peças isoladamente custassem mais barato, mesmo assim, seria recomendável o não parcelamento, pois sob o aspecto técnico é a visão do conjunto que iria definir a garantia do fabricante, o ajuste das partes compondo todo único, orgânico e harmônico.

Por esse motivo, deve o bom administrador, primeiramente, avaliar se o objeto é divisível. Em caso afirmativo, o próximo passo será avaliar a conveniência técnica de que seja licitado inteiro ou dividido".

A ausência de prejuízo econômico também é requisito estabelecido na Súmula 247 da Corte de Contas para o parcelamento do objeto:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."

Dessa Súmula extrai-se a necessidade de a Administração adotar a licitação por itens quando não houver perda de economia de escala e prejuízo ao conjunto ou complexo ou perda de economia de escala.

O disposto, no entanto, não deve ser aplicado à presente demanda, pois a divisão do objeto geraria perda de economia de escala, e elevação de custos, sendo recomendado a compra dos itens pelo mesmo fornecedor.

## 12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

O Iphan possui contratação correlata com a empresa 5 Estrelas, que terá o prazo findado em 24 de agosto de 2023, decorrente ao processo administrativo 01450. 003302/2020-56.

## 13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Nos termos do inciso IX do art. 9º da Instrução Normativa nº 58/2022 e em de acordo com o demonstrado nos itens descritos acima, a referida contratação se faz necessária para atender de forma abrangente e necessária as necessidades da Sede do Iphan.

A inclusão da referida contratação está prevista no Plano de Contratação Anual 2023 do Iphan, órgão responsável pela contratação em tela, conforme anexo deste ETP.

## 14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Espera-se alcançar com esta contratação, a eficiência, rapidez e precisão na transferência dos bens, bagagens e mobiliário dos servidores e seus familiares tornando mais ágil o seu respectivo assentamento em Brasília-DF Sede do IPHAN, onde irá prestar seus serviços, bem como em suas cidades de origem quando do retorno às mesmas.

A solução escolhida baseia-se no Decreto 4.004, de 08 de novembro de 2001, que permite o controle dos quantitativos máximos de transporte de bens, bagagem e mobiliário dos servidores, quantitativos estes que padronizam valores dos serviços, evitando que cada servidor efetue a suas expensas o transporte a que tem direito com solicitação posterior de ressarcimento, o que traria fatalmente desvantagem financeira e operacional para as necessidades do Órgão.

A eficiência, eficácia e qualidade na prestação dos serviços como resultados pretendidos da contratação serão atingidos através do estabelecimento de critérios de execução, obrigações e sanções determinados no TR, Edital e Minuta de Contrato.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n.º 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada, sendo, portanto, ação complementar a área de competência legal do IPHAN, proporcionando assim melhor aproveitamento dos recursos humanos e financeiros.

O IPHAN promoverá através da gestão e fiscalização do contrato, executada por funcionário devidamente designado, o esforço necessário em busca do monitoramento dos resultados pretendidos.

A terceirização destes serviços constitui-se na única opção, pois os serviços a serem contratados não poderiam ser realizados diretamente por esta autarquia.

## 15. Providências a serem Adotadas

Não existe necessidade de adequação do ambiente de trabalho para a nova contratação, tendo em vista se tratar de licitação para a continuidade dos serviços atualmente prestados, cujo modelo de execução não sofrerá alterações significativas. Além disso, a empresa terá que dispor de instalações e de pessoal especializado para a execução do serviço fora das instalações da Autarquia.

## 16. Possíveis Impactos Ambientais

Não se vislumbram impactos ambientais negativos decorrentes da pretensa contratação. Contudo, consigne-se que a execução do objeto deverá ser galgado nas diretrizes da Instrução Normativa SLTI nº 1 de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

Além disso, deverão ser estimuladas as boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição pautados nos seguintes pressupostos e exigências:

- Fazer uso racional de água, adotando medidas para evitar o desperdício de água tratada e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo;
- Economia de energia;
- Reciclagem de lixo;
- Descarte correto para produtos perigosos ao meio ambiente como pilhas, lâmpadas fluorescentes, equipamentos eletrônicos, dentre outros semelhantes;
- Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e água.

Sabe-se que o serviço de transporte de bagagens envolve diversos mecanismos que devem seguir boas práticas de sustentabilidade, como por exemplo, reciclagem de embalagens, uso de veículo em boas condições para evitar desperdício de combustíveis, dentre outras práticas é essencial a manutenção sustentável deste contrato. Assim deve-se a contratação também exigir o cumprimento das práticas abaixo:

A licitante deve ter veículos em boas condições de uso de modo a evitar excessos de emissão de poluentes na atmosfera;  
Deve realizar a reciclagem correta de plásticos e papelões nas mudanças;  
Devem, seus colaboradores, utilizar os corretos EPI's no trabalho para evitar acidentes;  
Devem tomar as rotas mais próximas para evitar desperdício de combustível.

A licitante vencedora deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

## 17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 17.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

Diante de toda a análise desenvolvida no estudo preliminar, salvo melhor juízo, a contratação mostra-se viável em termos de disponibilidade de mercado, forma de prestação dos serviços, competitividade do mercado, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.

## 18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria DPA/IPHAN nº 106, de 27 de julho de 2022.

**MARIO ALVES JUNIOR**

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 30/05/2023 às 11:15:15.